

**Prefeitura Municipal de
UBAJARA
ESTADO DO CEARÁ**

**PLANO PLURIANUAL
1998 - 2001**

561

UBAJARA, 1997



MUNICÍPIO DE UBAJARA
Prefeitura Municipal de Ubajara

LEI Nº 561 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997

A CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA APROVA E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1998-2001 que, nos termos da Lei Orgânica do Município de Ubajara, estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas de administração pública municipal, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.

Parágrafo Único - As diretrizes, os objetivos, as metas e as despesas, a que se refere este artigo, são especificados nos anexos desta Lei, observada a seguinte estruturação:

III - ANEXOS:

1. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

1.1. Princípios

1.2. Diretrizes Sociais

2. AÇÕES PRIORITÁRIAS

3. AÇÕES REGIONALIZADAS

3.1. Metas Físicas

3.2. Metas financeiras

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS

ART. 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em cada exercício, procederá ao detalhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, para o quadriênio 1998-2001.

§ 1º - O Poder Executivo deverá implantar o Sistema de Acompanhamento e Controle da Execução do Plano Plurianual, com vistas à avaliação da execução físico-financeira dos projetos.

§ 2º - Fica assegurada, à Câmara Municipal, o acesso às informações do Sistema de Acompanhamento e Controle a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3º - Os valores financeiros contidos nos anexos desta Lei são orçados a preços vigentes de maio de 1997.

Parágrafo Único - Os valores, a que se refere o presente artigo, poderão ser atualizados, em conformidade com critérios de indexação estabelecidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, para os exercícios de 1998 a 2001.

Art. 4º - O Plano Plurianual poderá sofrer revisões, submetidas à aprovação da Câmara Municipal, tendo em vista ajustá-lo:

- I - às alterações emergentes ocorridas no contexto sócio-econômico e financeiro;
- II - ao processo gradual de reestruturação do gasto público do Município.

Art. 5º - Durante a vigência do Plano Plurianual, para o quadriênio 1998-2001, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias anuais, assim como os planos e programas setoriais que vierem a ser executados pela Administração Pública Municipal, deverão guardar coerência com as diretrizes, objetivos e metas constantes dos anexos I e II, desta Lei, ressalvadas as alterações ocorridas nas revisões previstas no art. 4º, desta Lei.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alterar, em termos reais, os quantitativos financeiros anuais, indicados nesta Lei, até o limite de 40% (quarenta por cento), por subprograma, para efeito de elaboração das propostas de Lei Orçamentária.

Em conformidade com o art. 170 da Lei

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Ubajara-Ce. aos 29 de Dezembro de 1997

Ênio Braga de Carvalho
ÊNIO BRAGA DE CARVALHO
Prefeito Municipal

II. PLANO PLURIANUAL

1. INTRODUÇÃO

De conformidade com o que define a Constituição Federal, os municípios, considerados como Unidade Administrativa de menor porte, ao nível administrativo da nação, representam, objetivamente, o local onde se verificam as transações econômicas, as relações sociais e, conseqüentemente, enfrentam todos os problemas encontrados no seio da comunidade.

Quanto mais rápido ocorra o processo de urbanização e formação de novos núcleos, o que se dá em proporção com o crescimento do número de habitantes, as demandas por obras e serviços públicos tendem a aumentar, obrigando as Prefeituras estabelecerem programas cada vez mais amplos para atender as necessidades.

Por outro lado, o acréscimo de pessoas no Município, não é acompanhado de uma elevação correspondente no volume de recursos postos à disposição do Tesouro, tendo em vista que a capacidade de geração de receitas dos novos contingentes populacionais é quase nulo.

Cabe salientar que o processo de urbanização por que vem passando os Municípios Brasileiros, nas últimas décadas, condensa as populações e amplia as demandas por serviços de limpeza, transporte, por educação, saúde e lazer.

O resultado desta pressão crescente é a impossibilidade efetiva da municipalidade em atender às carências ao nível das necessidades, determinando com que, a cada ano, sejam acumulados os programas não executados e as metas postergadas para as futuras administrações.

Com o Plano Plurianual, que a Lei Orgânica tornou um instrumento fundamental para a articulação e transparência administrativa entre o poder público e a sociedade, inicia-se uma nova fase na ação do governo consciente e planejada, onde os recursos passam a ser direcionados previamente para as áreas mais críticas.

Assim, os programas e projetos são perfeitamente justificados em sua aplicação, tanto na promoção do desenvolvimento sócio-econômico, como na definição de obras assistenciais mais diretas às comunidades nos setores de saúde, educação e transporte.

Este Plano contém os princípios básicos da atual Administração, dando um caráter ordenado às ações que a Prefeitura já vem desenvolvendo, com a perspectiva de aprimorar o funcionamento do setor público e ampliar, pela racionalidade do uso dos recursos, o raio de intervenção do Município.

É indiscutível que o Plano não é um fim em si próprio, mas, a base de um funcionamento participativo que, a qualquer momento pode ser enriquecido com propostas, sugestões e críticas que poderão alterar o seu conteúdo, em prol do engrandecimento do Município.

Com esses objetivos, a elaboração do Plano obedeceu a disposição da Prefeitura em expressar os desejos da população e acentuar o planejamento como a forma técnica para sua concepção, segundo a Legislação pertinente e o apoio popular representado pelo voto direto universal.

A equipe de governo participou diretamente, expondo os projetos de cada área e através da identificação dos principais entraves ao desenvolvimento do município e os problemas mais abrangentes que afligem a população.

O resultado deste processo de elaboração está explicitado no presente documento e contempla, de forma regionalizada, os programas e os projetos da Prefeitura para 1998/2001 e deverá servir como referência para a execução das ações a serem realizadas no período previsto, permitindo um acompanhamento permanente das ações municipais.

Com vistas a manter uma consonância com os orçamentos anuais, no que se refere à apresentação da função, programas e projetos, o documento foi elaborado para ações distribuídas para os segmentos setores/funções.

- I. Educação
- II. Saúde
- III. Assistência Social
- IV. Transportes
- V. Turismo
- VI. Habitação, Meio Ambiente e Urbanismo
- VII. Cultura, Desporto e Lazer
- VIII. Serviços Públicos
- IX. Administração e Finanças

A estrutura do Plano Plurianual expõe a listagem dos projetos, agrupados por subprogramas permitindo a identificação precisa das intenções da municipalidade, tanto nos quantitativos auto explicáveis nas metas físicas, como nos valores necessários correspondentes à sua execução.

2. QUADRO MUNICIPAL

2.1. Situação Física

A denominação Ubajara significa, na língua dos indígenas que habitavam o local, Senhor da Canoa, com o município constituído de grandes formações rochosas, na zona noroeste do Estado do Ceará.

Com extensão territorial que compreende 385 km², dista 332 km de Fortaleza, através das Rodovias BR 222 e CE 187.

Localizada na Serra da Ibiapaba, tem os seguintes limites geográficos:

- a. ao norte: Tianguá e Frecheirinha
- b. ao sul: Ibiapina e Mocambo
- c. a leste: Coreaú e Mocambo
- d. a oeste: Estado do Piauí

Além da sede, 3 distritos compõem a sua Unidade Administrativa, cujas criações estão descritas no quadro a seguir:

QUADRO I
DISTRITOS, POR CRIAÇÃO

DISTRITOS	ANO DE CRIAÇÃO	LEI DE CRIAÇÃO
UBAJARA(Sede)	1915	1.279
ARATICUM	1893	Ato
JABURUNA	1951	1.153
NOVA VENEZA	1994	481

FONTE: IPLANCE-IBGE

A altitude da Sede é de 847,51, acima do nível do mar, ficando entre 20° C e 30° C a variação das temperaturas média, com uma pluviosidade anual de 1.483,5 mm, em descargas normais, conforme observação da Fundação Cearense de Meteorologia.

No que se refere vegetação o território é coberto com 231,0 km² de Carrasco, 57,7 km² de Matas Úmidas e 96,3 km² de Matas Secas, revelando uma flora diversa daquela da grande maioria dos municípios cearenses.

Ubajara está coberto, em todo o seu território, pelas Bacias dos Rios Poti e Coreaú, ensejando a implantação de projetos de irrigação em 823 ha, notadamente áreas irrigadas pelo Projeto Jaburu, além de particulares, estando prevista, ainda, a construção da barragem do açude Frecheirinha, com capacidade para 85 milhões de m³ de água.

Cabe, ainda, acrescentar ao manancial hidrológico as reservas de água subterrânea, que garantem uma disponibilidade anual de 636.414 m³, com a existência de 37 poços cadastrados.

2.2. Situação Demográfica

Os dados relativos à população do Município entre 1970 e 1991, publicados pelo IBGE, revelam que o contingente de pessoas residentes vem crescendo anualmente, com um índice percentual de 32,06% no período em estudo.

Com efeito, para uma população de 17.700 pessoas, em 1970, houve uma elevação para 23.374, no Censo de 1991, estimando-se que, em 1995, este número esteja aumentado para 24.600 residentes. Esta situação revela a absorção de novos contingentes populacionais, que se deslocam dos municípios vizinhos e mesmo do Piauí para o município de Ubaajara.

A distribuição dos habitantes, por sexo, demonstra uma situação tal que o número de mulheres mantém-se, ao longo do tempo, em nível superior ao de homens, com 11.550 homens e 11.824 mulheres, em 1991, com uma diferença de 274 para o sexo feminino.

TABELA 1
UBAJARA
DEMOGRAFIA
1970-1995

DISCRIMINAÇÃO	1970	1980	1991	1995*
População Total	17.700	20.351	23.374	24.600
Homens	8.666	9.992	11.550	...
Mulheres	9.034	10.359	11.824	...

FONTE: IBGE * - Estimativa

Quanto à distribuição territorial da população pode-se assegurar que a mesma ocupa predominantemente a zona rural. Contudo ao longo do tempo a urbanização tem se acentuado, como se observa na tabela 2, abaixo onde, em 1970, 14.097 pessoas estavam na zona rural, reduzindo-se para 13.839, em 1980, crescendo em 1991, para 14.261. Em termos relativos a população urbana cresceu 183%, no período em análise, ao passo que a rural cresceu apenas 3,5%.

Em correspondência ao processo de crescimento demográfico que se tem verificado, a densidade demográfica que era de 45,97 hab/km², em 1970, elevou-se para 60,71 hab/km², em 1991.

TABELA 2
UBAJARA
DEMOGRAFIA
1970-1980-1991-1995

DISCRIMINAÇÃO	ANOS			
	1970	1980	1991	1995 (1)
População Total(hab)	17.700	20.351	23.374	24.600
População Urbana (hab)	3.603	6.512	9.113	10.140
População Rural (hab)	14.097	13.839	14.261	14.460
Densidade Demográfica	45,97	52,86	60,71	...

FONTE: IBGE (1) Estimativa.

2.3. Situação Econômica.

2.3.1. Aspectos Econômicos.

2.3.1.1. Setor Primário.

O cadastro de 1.636 estabelecimentos agrícolas apresenta a existência de 3, com dimensão superior a 1000 ha, ocupando 23.389 ha, o que representa mais de 50% da área total existente. Mesmo havendo uma grande concentração de estabelecimentos,

com menos de 100 ha, expressando um quadro de ocupação de pequenas propriedades rurais ou minifundiárias, as mesmas ocupam 15.383 ha.

No que diz respeito à condição do produtor, 988 estabelecimentos estão nas mãos dos proprietários, ocupando 38.944 ha, o que corresponde a 86,49% da área total.

As demais áreas são ocupadas por 97 arrendatários, 317 parceiros e 234 ocupantes.

TABELA 3
UBAJARA
ESTRUTURA FUNDIÁRIA
1985.

DISCRIMINAÇÃO	ESTABELECI MENTO	%	ÁREA (HA)	%
Grupo de Área (ha)				
Menor de 10	1.181	72,19	4.372	9,71
10 a menos de 100	426	26,04	11.011	24,45
100 a menos de 1.000	26	1,59	6.256	13,89
1.000 e mais	3	0,18	23.389	51,95
Condição do Produtor				
Proprietário	988	60,39	38.944	86,49
Arrendatário	97	5,93	559	1,24
Parceiro	317	19,38	3.050	6,77
Ocupantes	234	14,30	2.475	5,50
TOTAL	1.636	100,00	45.028	100,00

FONTE: IBGE

A base da produção agrícola do Município é extremamente diversificada, no aspecto da área plantada, sendo constituída principalmente por bens de subsistência, como milho e feijão, além de produzir cana de açúcar, mandioca, café, maracujá e banana, ocupando o maior espaço físico superior a noventa por cento da área total utilizada

Do ponto de vista da produção, os bens agrícolas mais expressivos são a cana de açúcar, o maracujá, a tomate, mandioca, o milho, a laranja e a manga, que são responsáveis por tonelagem superior a 90% do que é produzido no município.

Merece ressaltar a expressiva presença da fruticultura municipal, com frutos cítricos e tropicais, cujos rendimentos são os mais significativos para a produção local, sobressaindo-se o maracujá, a laranja, o limão, a tomate, a manga, a tangerina e a goiaba, como os de maior presença, de conformidade com os da dos IBGE, para o ano de 1994.

TABELA 4
UBAJARA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA
1994

PRODUTOS	AREA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/Ha)
Abacate (1.00 frutos)	70	700	10.000
Arroz	140	98	700
Banana	200	180	900
Café	600	300	500
Cana de Açúcar	1.300	52.000	40.000
Feijão	1.680	624	371
Goiaba	2	40	20.000
Laranja (1.000 frutos)	20	1.400	70.000
Limão	4	160	40.000
Mamão	100	800	8.000
Mandioca	700	4.200	6.000
Manga (1.000 frutos)	110	3.300	30.000
Maracujá	350	42.000	120.000
Milho	1.800	1.260	700
Tangerina	4	120	30.000
Tomate	170	6.800	40.000
Outros	45	35	-

FONTE: IBGE

Pelos rebanhos encontrados no município, Ubajara não tem representação pecuária importante. Assim, não se encontram grandes quantidades de animais, limitando-se aos seguintes quantitativos: 7.300 cabeças de gado bovino, 2.180 ovinos e 2.320 caprinos, além de 3.400 suínos e 1.115 cabeças de equinos, asininos e muares.

Foi, ainda, o Município responsável, em 1993, pela produção de 1.045 mil litros de leite, 250 kg de mel de abelha e 663.000 dúzias de ovos, com um elenco de 157.700 aves, conforme tabela 5.

TABELA 5
UBAJARA
PECUÁRIA
1993

DISCRIMINAÇÃO	EFETIVO
Bovino (Cab)	7.300
Suíno (Cab)	3.400
Ovino (Cab)	2.180
Caprino (Cab)	2.320
Equino (Cab)	380
Asinino (Cab)	530
Muar (Cab)	205
Mel da Abelha	250
Ave (Cab)	157.700
Produção de Leite (1.000 L)	1.045
Produção de Ovos (1.000 dz)	663

FONTE: IBGE

A produção extrativa vegetal foi responsável por de 16 toneladas de babaçu, 30 toneladas carvão vegetal, 1 tonelada de castanha de caju, 23.000 m³ de lenha e 6.000 m³ de madeira em tora, além da extração de urucum, em 1991, como na tabela 6 abaixo.

TABELA 6
UBAJARA
EXTRATIVA VEGETAL
1991

PRODUTOS	PRODUÇÃO (T)	VALOR (CR\$ 1.000)
Babaçu	16	2.400
Carvão Vegetal	30	1.170
Castanha de Caju	1	165
Lenha (m ³)	23.000	28.750
Madeira em Tora	6.000	25.200
Urucum	-	69

FONTE: IBGE

2.3.1.2. Setor Secundário.

De acordo com os Censos Econômicos do IBGE, dos anos de 1980 e 1985 foram encontrados 24 estabelecimentos industriais, nos dois anos recenseados, com 137 pessoas ocupadas em 1980 e 17 estabelecimentos e 124 pessoas ocupadas, em 1985, revelando um quadro de certa tendência declinante do setor.

Na realidade pode-se inferir que a média de pessoa ocupada por indústria é de apenas 6 trabalhadores, o que caracteriza que, além de pouca expressão, o parque é constituído de microempresas com insignificante repercussão no contexto do desenvolvimento municipal.

TABELA 7
UBAJARA
SETOR SECUNDÁRIO
1980-1985

DISCRIMINAÇÃO	1980	1985
Estabelecimentos	24	17
Pessoal Ocupado	137	124
Salários (Cr\$ 1.000)	12.152	667.836

FONTE: IBGE/CENSO ECONÔMICO

Em pesquisa realizada em 1991, a Secretaria de Indústria e Comércio, identificou 16 estabelecimentos industriais, com bebidas, minerais não metálicos, mobiliário e vestuário e calçados, com 2 empresas cada, 3 metalúrgicas e 5 no ramo de produtos alimentares.

TABELA 8
UBAJARA
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS
1991

GÊNEROS	ESTABELECIMENTOS (1)
Bebidas	2
Metalúrgica	3
Minerais não Metálicos	2
Mobiliário	2
Produtos Alimentares	5
Vestuário e Calçados	2
Total	16

FONTE: SIC

(1) Somente os Estabelecimentos Pesquisados.

2.3.1.3. Setor Terciário

Objetivamente, o setor terciário do Município é representado pelas ações comerciais, ali desenvolvidas, cujo levantamento através dos Censos Econômicos de 1980 e 1985, revelam um crescimento do número de estabelecimentos de 62 unidades, para 72, elevando, como consequência, o número de empregados de 170 para 189.

Levantamento realizado pela Secretaria de Indústria e comércio, no ano de 1993, informa a existência de 342 estabelecimentos comerciais. Sendo 9 atacadistas e 333 varejistas.

TABELA 9
UBAJARA
DADOS GERAIS DO COMÉRCIO
1980-1985

DISCRIMINAÇÃO	1980	1985
Estabelecimentos	62	72
Pessoal Ocupado	170	189
Salário (Cr\$ 1.000)	15.228	1.661.620
Receita Total (Cr\$ 1.000)	220.001	53.420.384

FONTE: IBGE/CENSOS ECONÔMICOS

Cabe ressaltar que com o incremento do setor de turismo que vem ocorrendo nos últimos anos, o aparecimento de pousadas e hotéis, tende a favorecer o crescimento do comércio, como indução econômica das atividades ligadas ao atendimento ao turista.

2.4. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

2.4.1. Transporte

A Malha Rodoviária compreende uma extensão de 159,0 km, representada por rodovias estaduais e ligações intermunicipais e pavimentação dos centros urbanos, segundo dados do Departamento Estadual de Rodovias e Transporte - DERT, do ano de 1994.

Circulando no Município, existiam, em 1994, 991 veículos, dos quais 428 eram automóveis e 80 caminhões, além de 5 ônibus e 478 outros tipos, como se verifica na tabela 10.

TABELA 10
UBAJARA
VEÍCULOS LICENCIADOS
1994

TIPOS	VEÍCULOS
Automóveis	428
Caminhões	80
Ônibus	5
Outros	478
Total	991

FONTE: DERT

2.4.2. Energia Elétrica

Foram consumidos, em 1994, 6.101 mwh de energia elétrica, através de 3.251 consumidores, dos quais 2.016 eram residenciais, 294 estabelecimentos comerciais, 833 da área rural e 30 industriais. A iluminação pública absorve 20% do consumo, com 1.383 mwh.

Comparando-se estes dados com a existência de 4.863 domicílios encontrados pelo IBGE, calcula-se que têm iluminação por eletricidade, 67% das residências, o que revela um déficit significativo no atendimento com energia elétrica no Município.

TABELA 11
UBAJARA
ENERGIA ELÉTRICA
1994

CLASSES	CONSUMO (mwh)	CONSUMIDORES
Residencial	1.617	2.016
Industrial	372	30
Comercial	604	294
Rural	2.124	833
Público	1.383	77
Outros	1	1
Total	6.101	3.251

FONTE: COELCE

2.4.3. Comunicações

O atendimento à população por serviços telefônicos, era feito, em 1994, de acordo com informações da Companhia de Telecomunicações do Ceará - TELECEARÁ, por 860 terminais, sendo 440 instalados e 420 em serviço. Além disso, haviam 23 telefones de uso público, à disposição das comunidades.

Os serviços de correspondência eram realizados através de 1 Agência de Correio (AC), 7 Agências de Correio Social e uma Caixa de Coleta como se constata pelos dados da tabela 12.

TABELA 12
UBAJARA
COMUNICAÇÕES
1994

DISCRIMINAÇÃO	NÚMEROS ABSOLUTOS
I. Telefonia	
Terminais Instalados	440
Terminais em Serviço	420
Telefones em Uso Público	23
II. Correios	
Agências de Correios (AC)	1
Agências de Correios Social	7
Caixas de Coleta	1

FONTES: TELECEARÁ E ECT

2.5. INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

2.5.1. Educação

Pelos dados da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Ceará - SEDUC, existiam 87 estabelecimentos de ensino no Município, em 1994, atendendo todo o sistema desde o pré-escolar ao 2º grau, com 223 salas de aula.

Foram matriculados, naquele ano, 10.590 alunos, predominantemente nos ensinos pré-escolar e 1º grau, que compreendem 97% dos alunos da Rede Municipal.

TABELA 13
UBAJARA
DADOS GERAIS DA EDUCAÇÃO
1994

DISCRIMINAÇÃO	NÚMEROS ABSOLUTOS
Estabelecimentos	87
Salas de Aula	223
Matrícula Pré-Escolar	5.443
Matrícula 1º Grau	4.823
Matrícula 2º Grau	324

FONTE: SEDUC

2.5.2. Saúde

De conformidade com as informações da Secretaria de Saúde, haviam 17 equipamentos de saúde no município, compreendendo 1 hospital e maternidade, 8 Postos de Saúde e 8 outras Unidades de Saúde, com 46 leitos para atendimento à população, em 1994.

Quanto aos profissionais da área de saúde, a Secretaria de Saúde informa que a existência de 2 médicos, 1 odontólogo e 46 agentes de saúde, considerando-se tão somente os quadros do Estado

TABELA 14
UBAJARA
DADOS GERAIS DA SAÚDE
1994

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	HAB/UNIDADE
Leitos	1	23.374
Postos de Saúde	46	508
Médicos	8	2.922
Odontólogos	1	23.374
Enfermeiros	-	-
Agentes de Saúde	46	506
Outras Unidades de Saúde	8	2.922

FONTE: SEC. DE SAÚDE

2.5.3. Saneamento

Até 1994, o abastecimento d'água de Ubajara pelo Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará - CAGECE era o único fator de saneamento do Município, com 1.056 ligações, beneficiando 3.533 pessoas, aproximadamente, o que correspondia a apenas 15,0% dos residentes.

Nos últimos anos há uma atuação específica do Estado e da Municipalidade na Melhoria do Sistema de Abastecimento dos centros urbanos e consumidores rurais e no que se refere ao saneamento básico.

TABELA 15
UBAJARA
ABASTECIMENTO D'ÁGUA
1994

DISCRIMINAÇÃO	NÚMEROS ABSOLUTOS
Ligações de água	1.056
População Beneficiada	3.533
Rede de Distribuição (m)	1.725
Volume Produzido (m ³)	11.104

FONTE: FUNDAÇÃO SESP

3. FINANÇAS MUNICIPAIS

3.1. ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO

A Constituição Federal de 1988 redefiniu a distribuição das receitas públicas e a responsabilidade tributária entre a União, os Estados e os Municípios.

A nível dos tributos próprios do Município a repercussão não foi realmente significativa daí, não se verifica aumento efetivo das receitas com os impostos arrecadados diretamente pela Prefeitura. A consequência maior decorrente das alterações, com a elevação do índice de distribuição das receitas federais e estaduais, é expressa nos 22,5% do Fundo de Participação dos Municípios, 25% da Arrecadação Líquida do ICMS e 50% do IPVA.

A seguir, nos quadros abaixo estão explicitados os novos padrões de arrecadação pública e a partilha dos recursos.

QUADRO I
COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DOS MUNICÍPIOS

GOVERNO	MODALIDADE DE TRIBUTO
MUNICÍPIOS	Impostos sobre: Prestação de serviços de qualquer natureza (ISS); Propriedade predial e territorial urbana (IPTU); e Transmissão "inter vivos" de bens e direitos (ITBI).
COMUM AOS TRÊS NÍVEIS	Taxas por: Exercício do poder de polícia; Utilização de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ou disponíveis. Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas.

QUADRO II
COMPETÊNCIA OU ENCARGOS DOS MUNICÍPIOS

COMPETÊNCIA	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
COMUM AOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO	Ações de assistência social: coordenação (federal) e coordenação e execução (estados, municípios, outros); ações e serviços públicos de saúde, através de um sistema único descentralizado; construção de moradias e melhoria de condições habitacionais e de saneamento básico; fomento da produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar; melhoria das condições habitacionais e de saneamento; promoção do turismo; proteção do meio ambiente; proteção da história, artes e cultura; e; sistemas de ensino organizados em regime de colaboração.
COOPERAÇÃO ENTRE GOVERNOS	educação pré-escolar e de ensino fundamental (propriedade de atuação na área de ensino); proteção do patrimônio histórico-cultural; serviços de atendimento à saúde da população.
CONCESSÃO POSSÍVEL	serviços públicos de interesse local, inclusive transporte coletivo.

QUADRO III
TRANSFERÊNCIAS TRIBUTÁRIAS POR NÍVEL DE GOVERNO

SENTIDO:	MODALIDADE DE REPARTIÇÃO:
DA UNIÃO PARA MUNICÍPIOS	PARTILHA: 100% do IR incidente na fonte sobre rendimentos pagos pela Administração Pública Municipal; 70% do IOF incidente sobre o ouro definido como ativo financeiro ou cambial, conforme a origem; 50% da arrecadação do ITR, conforme sítio dos móveis, participações no resultado ou compensação financeira pela exploração pela União (ou suas concessionárias) de petróleo e gás, recursos hídricos para geração de energia elétrica e outros recursos naturais, no território ou no mar próximo. (*)
DOS ESTADOS PARA MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO: 25% da arrecadação líquida do ICMS, através de fórmula: sendo, pelo menos, três quartos proporcional ao valor adicionado gerado em cada localidade, e até um quarto, segundo critérios de Lei Estadual; 25% da participação do Estado na repartição de 10% do IPI estadual, pela mesma fórmula de rateio do ICMS. PARTILHA: 50% do IPVA, conforme veículos licenciados na localidade.
DA UNIÃO PARA MUNICÍPIOS	DISTRIBUIÇÃO: 22,5% da arrecadação líquida do IR e IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), redistribuído através de fórmula (fixada em Lei) objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico.

(*) Participação ou compensação constituem uma espécie de royalties pagos pelas empresas concessionárias (públicas ou privadas) que exploram bens naturais pertencentes à União. Não é uma receita prevista no Sistema Tributário Nacional, mas, na prática, representam uma espécie de transferência intergovernamental.

3.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA

As receitas municipais, no período entre 1994 e 1996, apresentaram um crescimento da ordem de 19,41%, a preços constantes. Este aumento poderia ser mais significativo, não fora a sua origem, que é essencialmente o resultado das transferências correntes estaduais e federais, que representavam 89,78%, em 1994, 96,70%, em 1995 e já atingem a 97,73%, em 1996.

Esta relevante importância relativa das transferências, também revela a reduzida capacidade arrecadadora própria da Prefeitura, cujas receitas tributárias, se encontram em posição inferior a 2,0% do total arrecadado.

Além disso, cumpre ressaltar que a arrecadação de capital vem desaparecendo do contexto contábil do município, já que representou 8,15% do total, em 1994, caindo para 0,38%, em 1995, e reduzindo-se para zero, em 1996.

Ainda, como consequência, desta profunda dependência fiscal, os investimentos se situam em patamares tão irrisórios que, segundo o balanço de 1996, a Prefeitura não gastou nenhum centavo em despesas de capital, as quais sempre se subordinam, à negociação de recursos, exceto para a aquisição de material permanente.

QUADRO IV
UBAJARA
RECEITAS
1994-1996

RECEITAS	1994		1995		1996	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I. CORRENTES	2.740,73	91,85	3.501,15	99,62	3.563,51	100,00
1. Tributárias	47,05	1,58	63,46	1,81	55,63	1,56
2. Patrimoniais	4,07	0,14	5,27	0,15	3,18	0,09
3. Transferências	2.679,19	89,78	3.398,48	96,70	3.482,62	97,73
4. Outras Correntes	10,42	0,35	33,94	0,97	22,08	0,62
II. DE CAPITAL	243,34	8,15	13,39	0,38		
1. Alienação de Bens						
2. Transferências	243,34	8,15	13,39	0,38		
TOTAL	2.984,07	100,00	3.514,53	100,00	3.563,51	100,00

FONTE: BALANÇOS GERAIS

PREÇOS CONSTANTES: IGP-M/ IBGE

3.3. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

O funcionamento da máquina governamental absorve aproximadamente 80% das despesas realizadas pelo governo municipal, conforme se observa no quadro abaixo., o qual apresenta uma certa estabilidade na aplicação de recursos.

Dos R\$3.353,390,00 gastos em 1994, 83,48% foram despendidos com atividades operacionais, notadamente com pessoal e serviços de terceiros e encargos que receberam 60,40% das despesas.

Ao longo dos anos verifica-se que estes itens são os mais significativos, chegando a 70% aplicados em 1996, ao passo que as despesas de capital se situam em patamares variáveis, saindo de 20,39%, em 1995 para 9,45%, em 1996, caracterizando que os investimentos públicos, através do próprio município são insignificantes e não são suficientes para promover qualquer política de desenvolvimento para o município, a não ser que haja apoio do Estado e da União.

QUADRO V
UBAJARA
DESPESAS
1994-1996

DESPESAS	1994		1995		1996	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I. CORRENTES	2.799,44	83,48	3.118,42	79,61	3.289,97	90,55
1. CUSTEIO	2.733,57	81,52	2.945,37	75,19	3210,81	88,37
1.1. Pessoal	768,47	22,92	1.078,15	27,52	958,43	26,38
1.2. Material de Consumo	707,28	21,09	730,48	18,65	544,12	14,98
1.3. Serv. de Terc e Encargos	1.256,69	37,48	1.110,49	28,35	1.580,96	43,51
1.4. Outras de Custeio	1,13	0,03	26,24	0,67	127,30	3,50
2. TRANSFERÊNCIAS	65,88	1,96	173,05	4,42	79,16	2,18
II. DE CAPITAL	353,95	16,52	798,76	20,39	343,26	9,45
1. INVESTIMENTOS	461,32	13,76	774,67	19,78	220,13	6,06
1.1. Obras e Instalações	403,81	12,04	644,42	16,45	105,04	2,89
1.2. Equip e Mat Permanente	57,50	1,71	130,25	3,33	115,09	3,17
2. INVERSÕES FINANCEIRAS	92,63	2,76	24,09	0,61		
2. TRANSFERÊNCIAS					123,13	3,39
2.1. Amort da Div. Contratada					123,13	3,39
TOTAL	3.353,39	100,00	3.917,18	100,00	3.633,23	100,00

FONTE: BALANÇOS GERAIS
PREÇOS CONSTANTE: IGP-M/ IBGE

3.4. ANÁLISE COMPARATIVA

As receitas do município de Ubajara, tem apresentado, ao longo do tempo um razoável crescimento real. Com isso, mesmo apresentando déficits, ao longo dos anos, tem havido um crescimento proporcionalmente menos das despesas reduzindo desta forma a situação deficitária.

Com efeito, para um crescimento efetivo de 21,75% das receitas, houve um aumento proporcional de 8,34% das despesas, o que tende a reduzir cada vez o deficit público, requerendo, contudo, que sejam tomadas medidas saneadoras, notadamente nos gastos operacionais da Prefeitura.

Para tanto, é necessário um programa de modernização e aprimoramento da arrecadação própria, aliado a uma programação racional dos gastos, sendo possível garantir uma situação de equilíbrio das finanças e realizar investimentos necessários ao desenvolvimento de Ubajara

QUADRO VI
UBAJARA
EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA
1991-1994

ANOS	RECEITA (A)	DESPESA (B)	SALDO A-B	B/A
1994	2.984,07	3.353,39	(369,32)	1,12
1995	3.514,53	3.917,18	(402,65)	1,11
1996	3.563,51	3.633,23	(69,72)	1,02
1996/94(%)	21,75	8,34	-	-

FONTES: BALANÇOS MUNICIPAIS
 PREÇOS CONSTANTES: IGP-M/IBGE

III. ANEXOS

1. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Para que a ação do setor público possa ocorrer de conformidade com os anseios da população, é fundamental que haja um conhecimento objetivo da realidade municipal, permitindo à administração pública atualizar seus instrumentos operacionais, tornando-os mais eficientes e racionalizando o uso de seus recursos.

Nesse sentido, o poder público precisa romper as concepções tradicionais e seus vícios e buscar a renovação das estruturas existentes e estabelecer novas estratégias para a implantação de uma ação planejada, fundamentada no conhecimento das condições físico-espaciais, econômicas e sociais, na perspectiva de uma sociedade desejada.

Mesmo porque as ações tradicionais, imediatistas, não resolvem os problemas sociais e o crescente clamor da população, ameaçando a própria ordem administrativa, com a aplicação de recursos onde não sejam prioritários, em detrimento das áreas, cujo benefício tenha maior amplitude e, pode ser, até menos oneroso para o tesouro.

A Prefeitura compete atuar levando em conta a melhoria tecnológica de seus instrumentos de planejamento e administração, o cumprimento dos dispositivos das legislações as quais ela se submete, notadamente as Constituições Superiores e a Lei Orgânica do Município. Com base nesse elementos, as ações devem ser desenvolvidas no aprimoramento dos serviços ofertados à população, à organização dos espaços urbanos e a programação das intervenções a serem feitas nos setores de infra-estrutura física e social e na definição de diretrizes que ampliam as deliberações da Administração no sentido de fortalecimento do Município e do nível de vida de seus habitantes.

Com essas concepções gerenciais a Prefeitura de Ubajara se propõe a buscar a solução das questões geradoras das principais dificuldades que, na atualidade, se abatem sobre a municipalidade. Para tanto, foram definidos princípios e diretrizes que nortearão o processo administrativo em implantação pela gestão municipal.

1.1. PRINCÍPIOS

A necessidade objetiva de definir o modelo de administração de Ubajara, na perspectiva de racionalização do uso de recursos e da melhoria da capacidade de governar, segundo normas de eficiência da máquina governamental, possibilitando avaliar o desempenho do poder público, requer o estabelecimento de princípios como a seguir estão discriminados:

- a. Gestão Compartilhada;
- b. Modernização Administrativa;
- c. Valorização da Cidadania;
- d. Planejamento das Ações;
- e. Controle do Meio Ambiente.

1.1.1. Gestão Compartilhada

As experiências administrativas com a participação da sociedade tem revelado desempenhos muitos melhores, que os modelos centralizados e cuja deliberação fica limitada ao quadro de dirigentes municipais.

Ciente disto, a Administração Municipal de Ubajara vem promovendo o engajamento da sociedade, através da criação de canais de comunicação entre o governo

sítios paisagísticos, as terras férteis e os mananciais não sejam penalizados pela especulação ou exploração.

1.2. DIRETRIZES

A avaliação do trabalho realizado pela Prefeitura de Ubajara, está revelando que há uma grande concentração de esforços, no sentido de executar projetos de construção e melhoria de equipamentos públicos, vias urbanas e a oferta de serviços de saúde, educação e urbanismo.

Contudo, o crescimento das receitas não é suficiente para atender as novas exigências da comunidade, prevendo-se um agravamento da situação, na medida em que a Prefeitura não promova uma programação de obras e serviços que, de forma racional e planejada, seja capaz de suprir as carências existentes e montar as bases do desenvolvimento sócio-econômico do Município.

Todas as diretrizes do Plano Plurianual têm por suporte o aprimoramento dos níveis de eficácia na gestão pública em termos financeiros e administrativos, fundamentando-se na implantação de um programa multisetorial, com soluções dos problemas mais graves, tendo o Distrito como unidade espacial de investimentos.

A programação orçamentária e sua conseqüente execução estará delineada com vistas a tornar exequível a exigência de recursos dos projetos setoriais com as disponibilidades financeiras do Município.

Ênfase especial está sendo dada ao controle dos investimentos, a fim de que o Executivo Municipal possa dispor de elementos gerenciais de acompanhamento e avaliação dos projetos em execução e de compatibilização com a programação financeira.

1.2.1. Administração

O setor administrativo, apesar de ser base do desempenho da Prefeitura, ainda apresenta flagrantes deficiências em suas diversas áreas de atuação, notadamente, no que se refere aos mecanismos de controle do patrimônio e da racionalização do serviço público.

Com vistas a implementar uma melhoria geral na capacidade de administrar foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

- aperfeiçoar o processo de modernização e racionalização administrativa, realizando uma ampla revisão da estrutura organizacional visando o aprimoramento dos órgãos municipais;
- implantar um sistema de informações de recursos humanos, o qual deverá fornecer os subsídios necessários para instalar no Município uma política efetiva e racional de pessoal;
- elaborar um programa de racionalização e modernização na área de administração de patrimônio e material;

e a comunidade, no sentido de garantir que a programação seja elaborada, de conformidade com os verdadeiros anseios do povo, na perspectiva da definição de projetos de infra-estrutura, saúde, educação e promoção social que enseje o desenvolvimento harmônico do Município.

1.1.2. Modernização Administrativa

O aprimoramento da máquina governamental representa a necessidade objetiva do poder executivo, na perspectiva de atender às demandas da comunidade que se tornam cada vez mais numerosas e complexas.

É inquestionável que, para se realizar as suas funções no nível dos anseios da comunidade, a administração pública precisa adequar-se ao grau de modernidade técnica e organizacional que se está verificando no mundo, sob pena de realizar custos desnecessários, não acompanhar o progresso técnico das relações sociais e ter um retorno mínimo de seus investimentos.

Deve ser ressaltado, ainda, que à medida em que se racionalizarem as ações da Prefeitura, ficam facilitadas as possibilidades de controle interno, ensejando, assim, a moralidade das ações da municipalidade.

1.1.3. Valorização da Cidadania

O êxito da política participativa depende do interesse e do engajamento de cada munícipe no processo decisório, na apresentação de sugestões e na presença às reuniões das associações e entidades de representação coletiva.

Para tanto, a valorização da cidadania, o respeito às opiniões individuais e às idéias apresentadas à Prefeitura, constitui-se num dos princípios mais relevantes no processo administrativo que se exerce em Ubajara.

1.1.4. Planejamento das Ações

Considera, a Administração Municipal, que é inadmissível que as ações públicas sejam desenvolvidas, sem a elaboração prévia de instrumentos de planejamento que contenham todos os objetivos, as metas, os recursos materiais e financeiros previstos para sua execução.

Com o Plano Plurianual fica estabelecido o guia das ações de planejamento de toda gestão de governo, permitindo que o exercício administrativo seja cumprido, tendo à disposição um instrumento técnico que servirá tanto para a realização das intenções do governo, como possibilitará à população exercer a fiscalização e a cobrança da execução das propostas.

1.1.5. Controle do Meio Ambiente

Não teria sentido a Prefeitura estabelecer princípios de parceria social e de modernização administrativa, sem considerar essencial para a municipalidade, a garantia da permanência do meio ambiente natural do Município.

Nesse sentido, existe a preocupação que nenhum projeto seja implementado no Município sem uma análise das repercussões ambientais, garantindo-se, assim, que os

- redefinir projetos especiais objetivando a diminuição das despesas de custeio da Prefeitura.

1.2.2. Finanças

A capacidade arrecadadora própria da Prefeitura tem se revelado pouco eficaz, no sentido de oferecer ao tesouro um mínimo de recursos para atender às necessidades de gastos municipais.

Os sistemas de fiscalização não cumprem seu papel ao nível das exigências, com desfalques visíveis nos valores arrecadados, em relação ao percentual existente, principalmente quanto à cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Ao lado disso, cabe ressaltar a falta de exatidão dos dados relativos ao número de domicílios, bem como a planta da situação dos mesmos, com os respectivos cadastros de proprietários.

Para reverter esta situação negativa a atual administração adotou as seguintes diretrizes:

- Modernização do Sistema de Arrecadação Tributária da Prefeitura;
- Criação de um Banco de Dados com informações das variações sobre as quais incidem os valores do tributo;
- Execução de uma política orçamentária dentro de critérios de compatibilização Receita/Despesa;
- Programação de gastos em função das necessidades estabelecidas pelos órgãos, reforçando o sistema de controle financeiro.

1.2.3. Educação

Mesmo dispondo de uma razoável rede de ensino, notadamente na Sede, ainda há muito o que realizar na tentativa de elevar o índice de presença do aluno na sala de aula, de aprovações e mesmo de aprendizado.

Com o objetivo de reverter o quadro existente, a Prefeitura está implementando, no âmbito de sua política educacional, as diretrizes a seguir:

- consolidar a municipalização do ensino, fortalecendo a Secretaria de Educação do Município;
- dar prioridade ao atendimento a população em idade escolar da faixa de 6 a 14 anos, residentes nos Distritos e Localidades, garantindo vagas nas escolas públicas mais próximas de sua moradia;
- executar programa de aumento do número de matrículas e melhoria da capacidade das escolas, visando reduzir o déficit;
- desenvolver programas integrados, onde o aluno receba, além do ensino formal, o atendimento médico-odontológico;

- atender a todas as localidades, a partir das mais desprovidas, com a implantação de escolas da rede municipal.

1.2.4. Saúde

O diagnóstico da saúde revela que o número de pessoal da área de saúde, bem como de equipamentos de tratamento de uma das doenças verificadas nas comunidades, ainda está aquém dos padrões mínimos necessários a um atendimento de qualidade para a população.

É indiscutível que a capacidade de atendimento ainda está abaixo da crescente demanda, especialmente nas localidades mais longínquas, onde a presença da ação de saúde se torna mais difícil e onde a população, pelos baixos padrões nutricionais e de higiene, são mais suscetíveis às enfermidades.

Para enfrentar esta questão a municipalidade se propõe agir em conformidade com as seguintes diretrizes:

- acelerar o processo de municipalização dos serviços de saúde;
- ampliar e adequar a rede de atendimento à população, com vistas a atingir níveis compatíveis com o recomendado pela Organização Mundial de Saúde;
- promover a assistência especial à criança, fortalecendo a expansão da rede de unidades de saúde, com prioridade para atendimento de urgência e de emergência;
- intensificar a fiscalização e a exigência de condições mínimas de higiene nas unidades sujeitas ao controle sanitário;
- promover campanhas educativas, de vacinação e de prevenção de doenças transmissíveis.

1.2.5. Habitação

A problemática habitacional, mesmo ocorrendo no território municipal, requer recursos que estão acima da capacidade de investimento da Prefeitura, que fica na dependência dos planos habitacionais da União e do Estado.

Consciente desta realidade, a administração deve desenvolver suas ações com base nas seguintes diretrizes:

- identificar as áreas urbanas que apresentam maior déficit de moradias;
- implantar unidades habitacionais de baixo custo, segundo as disponibilidades do erário;
- encaminhar pleitos aos níveis superiores de governo, para o equacionamento de recursos para programas especiais de assentamento habitacionais com prioridade para as áreas de baixa renda.

1.2.6. Promoção Social

O agravamento dos problemas econômicos e sociais, com o crescimento desordenado da população do Município, ao lado da deterioração das atividades produtivas, manifestado de forma mais evidente no aumento da taxa de desemprego, obriga ao município a concentrar esforços no sentido de minimizar a angústia das famílias e a miséria das pessoas.

Portanto, em função da condição em que vive, hoje, o segmento mais pobre a população, é natural que a solução de suas carências e o atendimento de suas reivindicações constituem-se no principal desafio para o poder público.

E, diante da complexidade que, hoje, envolve a solução dos problemas sociais enumerados, o poder municipal pretende adotar uma política diferenciada segundo as especificidades das questões, embasada nas seguintes diretrizes:

- prestar assistência direta às famílias carentes na perspectiva de seu engajamento social, através da organização de grupos nas comunidades;

- atender à criança, de forma integrada com educação, saúde, alimentação e lazer, promovendo o seu desenvolvimento;

- incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas em comunidades carentes dos bairros periféricos, visando a criar alternativas de emprego, como ainda a profissionalizar a mão-de-obra existente;

- estimular a participação das associações comunitárias na definição e execução das ações, como forma de melhor diagnosticar as aspirações da população e de adotar soluções viáveis.

1.2.7. Emprego e Renda

Embora reconhecendo que a situação do Executivo Municipal, no tocante à geração de emprego, é restrita em função dos próprios limites de sua competência, serão desenvolvidas ações que objetivam subsidiar a definição de políticas e investimentos capazes de fomentar o emprego e a renda da população, como também atividades que permitam melhorar a qualidade da mão-de-obra, potencializar os valores comunitários e incrementar o emprego através das obras e demandas do setor público.

O tratamento à questão do emprego e renda ocorre através de ações voltadas ao fortalecimento de atividades e pólos econômicos e aproveitamento da mão-de-obra e ações complementares com políticas redistributivas de renda através de intervenções setoriais.

As diretrizes com o objetivo de melhorar a condição do emprego e da renda em Ubajara, são:

- apoiar e incentivar a implantação de pequenas indústrias, inclusive artesanais, facilitando a obtenção de matérias-primas e a comercialização de seus produtos;

- desenvolver estudos identificando as oportunidades de investimento em Ubajara;

- implantar projetos de pequenas atividades produtivas em comunidades dos Distritos, como alternativa de ocupação e treinamento da mão-de-obra e fortalecimento da capacidade de autogestão das associações de moradores.

- elaborar um amplo programa de desenvolvimento turístico, em parceria com as demais Prefeituras da Serra da Ibiapaba, os níveis superiores de governo e grupos econômicos interessados em investir na Região.

2. AÇÕES PRIORITÁRIAS

As ações públicas estão se desenvolvendo a partir de prioridades estabelecidas pela administração, de acordo com o grau de carência apresentado pelas comunidades, os compromissos da Prefeitura e a capacidade de gastos de erário.

Nesse sentido, ficou determinada uma ordem de prioridades, onde os setores sociais seriam os de maior grau de preocupação, sem esquecer, no entanto, as obras de infra-estrutura e a melhoria administrativa da Prefeitura.

2.1. Educação

As ações junto ao setor de educação estão sendo orientados para duas linhas centrais:

- a ampliação do número de matrículas;
- a melhoria da qualidade do ensino.

Quanto às matrículas, a redução do déficit ocorrerá com o aumento do número de salas e de professores, bem como com a ampliação da rede escolar até as localidades mais carentes, onde não existe equipamento ou esteja em estado precário, requerendo recuperação.

Simultaneamente o ensino deve passar por uma análise que leva à melhoria do currículo, das razões de repetência, da reciclagem dos professores e de melhores condições de trabalho, consolidando um sistema educacional que evite desperdício e forme jovens para o exercício da cidadania.

2.2. Saúde e Saneamento

O trabalho a ser executado pela saúde passa, diretamente, pela questão da municipalização do setor, com a Prefeitura adequando-se às novas possibilidades das Unidades Hospitalares e dos equipamentos, no sentido de elevar a capacidade de atendimento à população.

O Sistema Municipal de Saúde, deve ser capaz o suficiente para atender às demandas, com a ampliação da Rede de Postos de Saúde e a melhoria do atendimento, com a contratação de profissionais do setor, para operacionalização dos trabalhos.

Será da maior relevância para equacionar problemas de saúde, com a redução do número de casos de doenças, a realização de obras de saneamento, com a negociação de recursos para a rede de esgotamento sanitário e a elevação da capacidade de abastecimento d'água do Município, dando continuidade à ação que está se desenvolvendo na Sede.

2.3. Emprego e Renda

No campo da promoção social as ações estarão voltadas para a Geração de Emprego e Renda, com programas de atividades produtivas, de acordo com a experiência e o conhecimento das famílias.

A Prefeitura deve oferecer os meios para que as pessoas gerem seus próprios meios de sobrevivência, seja através de pequenos negócios de comercialização, de

artesanato, de pequenas indústrias de doce ou de confecções caseiras, havendo a possibilidade de financiamento dos próprios instrumentos de trabalho.

2.4. Habitação e Urbanismo

Na área habitacional as ações, a serem desenvolvidas, contemplarão os segmentos sociais mais carentes, através da construção de moradias em regime de mutirão e da execução do programa de lotes urbanizados, envolvendo as famílias e associações no processo de construção e controle das obras.

Ações programáticas serão dirigidas aos núcleos urbanos, beneficiando-os com os serviços públicos de limpeza e saneamento básico, objetivando elevar o padrão de urbanização e a qualidade de vida nessas áreas.

2.5. Cultura, Meio Ambiente e Turismo

Estas áreas correspondem à vocação natural do município, pela suas próprias características geográficas, onde predominam a fauna e a flora de inusitada presença no território cearense.

As ações deverão estar direcionadas para o amplo aproveitamento destas vantagens comparativas do Município e da Região.

Para tal, a idéia que permeia a política para estas áreas compreende, tanto o investimento da Prefeitura mas, pela dimensão das ações a serem desenvolvidas e o interesse comum dos municípios da Região, o engajamento de todos na busca por recursos para elevar a amplitude dos negócios a serem realizados, beneficiando a todos indistintamente, reduzindo custos e aumentando as oportunidades de apoio a investidores.

De modo que a Cultura, o Meio Ambiente e o Turismo são encarados compondo um mesmo quadro de ação governamental, que se complementam e do lado cultura eleva o nível e o ordenamento das festas organizadas pela população

Na área da Cultura o município deve investir basicamente na organização das festas populares e na promoção de eventos que aliem a difusão da arte e da criação que a divulgação do nome de Ubajara no cenário nacional.

Com referência ao Meio Ambiente salta aos olhos a necessidade objetiva do controle da exploração da fauna e da flora nativas, preservando o habitat natural e criando condições legais para que o Município possa exercer de forma efetiva a fiscalização.

No campo do Turismo é fundamental que se unifiquem as políticas da Região, ensejando a que os visitantes tenham mais alternativas de permanência e possam ser os principais divulgadores da beleza de todo o complexo serrano.

As ações, neste sentido, estarão voltadas principalmente para a consolidação da infra-estrutura turística regional e a promoção das razões que estimulem a vinda de visitantes ao Município.

2.6. Administração e Finanças

Deverá ter continuidade, o processo de reforma e modernização administrativa, de modo a reduzir o custo operacional da máquina, otimizando a aplicação dos recursos financeiros em projetos de interesse social.

A administração das finanças municipais estará caracterizada pela implantação de programa de justiça fiscal e pelo rigor na aplicação dos recursos arrecadados.

Mediante o estímulo ao uso da informática serão modernizados os sistemas de arrecadação e fiscalização e agilizada a cobrança dos débitos inscritos na dívida ativa.

A racionalização administrativa nas áreas de prestação de serviços, administração de pessoal e administração de materiais impõe-se como condição para a aplicação eficiente dos recursos públicos.

Atendendo as necessidades objetivas de controle dos próprios municipais à área de Administração Patrimonial, a Prefeitura deverá cadastrar e implantar um moderno sistema de gerência de todos os bens móveis e imóveis do Município.

3. AÇÕES REGIONALIZADAS

3.1. METAS FÍSICAS

PROGRAMA SUB PROGRAMAS METAS	LOCAL	UNIDA DE	REGIONALIZAÇÃO		
			1998	1999/2001	TOTAL
I. EDUCAÇÃO					
1. MELHORIA DO ENSINO					
1.1. Criação do Fundo Municipal de Educação	01	Projeto			1
1.2. Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	01	Projeto			1
1.3. Reestruturação da Secretaria	01	Projeto			1
1.4. Aquisição de Transporte Escolar	01	Um		1	1
1.5. Informatização da Secretaria de Educação	01	Projeto			1
2. ENSINO FUNDAMENTAL					
2.1. Construção de Escolas	02	Uma	1	2	3
	03	Uma	1		1
	04	Uma		1	1
	05	Uma		1	1
2.2. Reforma de Escolas	01	Uma	2	4	6
	02	Uma	2	3	5
	03	Uma	1	2	3
	04	Uma	1	2	3
	05	Uma	1	2	3
2.3. Reaparelhamento de Escolas	01	Uma	4	6	10
	02	Uma	4	5	9
	03	Uma	1	2	3
	04	Uma	1	2	3
	05	Uma	1	2	3
2.4. Oferta de Matrículas	01	%			100
2.5. Modernização e Redefinição da Supervisão Escolar	01	Projeto			1
2.6. Construção de Salas de Aulas	01	Uma	2	6	8
	02	Uma	2	4	6
	03	Uma	2	2	4
	04	Uma	2		2
	05	Uma		2	2
2.7. Informatização das Escolas	01	Projeto			1
3. ENSINO ESPECIAL					
3.1. Ampliação e Melhoria da Educação Infantil	01	Projeto			1
3.2. Erradicação do Analfabetismo	01	%			100

3.3.. Assistência ao Pré-Escolar	01	Criança	40	120	160
	02	Criança	40	120	160
	03	Criança	30	90	120
	04	Criança	30	90	120
	05	Criança	30	90	120
3.4. Construção de Creches	01	Uma	2	4	6
4. TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					
4.1. Cursos de Reciclagem	01	Curso	4	12	16
4.2. Cursos para Deficientes	01	Curso	2	6	8
II. SAÚDE					
1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					
1.1. Implantação da Análise de Custos da Saúde	01	Projeto			1
1.2. Implantação do Sistema de Informática da Secretaria de Saúde	01	Projeto			1
1.3. Fortalecimento do SUS	01	Projeto			1
2. ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA					
2.1. Construção de Postos de Saúde	01	Uma	1	1	2
	02	Uma	1		1
	04	Uma		1	1
	05	Uma		1	1
2.2. Construção de Unidades de Saúde	01	Uma	1	2	3
2.3. Aparelhamento de Unidades de Saúde	01	Uma	2	6	8
2.4. Redução da Cárie Dentária dos Alunos de 6 a 14 anos	01	%			100
2.5. Realização de Consórcio Municipal de Especialidades	01	Projeto			1
2.6. Consolidação do Programa Saúde da Família	01	Projeto			1
2.7. Prevenção do Câncer de Mulheres em Idade Fértil	01	%			100
2.8. Redução da Mortalidade Materna	01	%			50
2.9. Melhoria do Abastecimento de Medicamentos na Rede Municipal	01	Projeto			1
2.10 Implantação do Programa de Medicina Alternativa-Farmácia Viva	01	Projeto			1
3. TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					
3.1. Capacitação e Reciclagem das Equipes de Saúde	01	Curso	2	6	8

3.2. Capacitação de Agentes de Saúde e Professores em Ações de Prevenção Oral nas Escolas	01	Curso	4	12	16
3.3. Realização de Encontros e Seminários	01	Um	6	18	24
4. ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS EPIDÊMICAS					
4.1. Vacinação dos Alunos de 6 a 14 Anos	01	%			100
4.2. Realização de Campanhas nas Comunidades de Área de Risco	01	%			100
4.3. Controle Epidemiológico, nas Unidades de Saúde	01	%			100
5. VIGILÂNCIA SANITÁRIA					
5.1. Análise Periódica de Poços e Chafarizes	01	Projeto			1
5.2. Construção do Centro de Controle de Zoonozes	02	Um	1		1
5.3. Implementação da Vigilância e Acompanhamento Sanitário	01	Projeto			1
6. SANEAMENTO					
6.1. Construção de Kits Sanitários	01	Um	200	600	800
	02	Um	100	300	400
	03	Um	50	150	200
	04	Um	50	150	200
	05	Um	50	150	200
6.2. Implantação de Estação de Tratamento de Esgotos	01	Uma		1	1
III. ASSISTÊNCIA SOCIAL					
1. ASSISTÊNCIA AO MENOR					
1.1. Ações Preventivas para a População Infanto-Juvenil	01	Projeto			1
1.2. Realização de Assistência Médico-Odontológica às Crianças das Creches e Unidades Sociais	01	Projeto			1
1.3. Implantação do Programa de Creches Lares	01	Uma	4	12	16
2. ASSISTÊNCIA À VELHICE					
2.1. Atendimento a Idosos Carentes	01	Um	20	60	80
2.2. Atendimento a Deficientes	01	Um	10	30	40
2.3. Implantação de Oficinas de Educação Produtiva	01	Uma	3	9	12
2.4. Construção do Galpão do Idoso	02	Um	1		1
2.5. Promoção de Atividades de Cultura e Lazer	01	Projeto			1
3. RENDA E EMPREGO					

3.1 Seleção de Profissionais e Jovens para o Programa FAT	01	Um	40	120	160
3.2. Promoção de Cursos Profissionalizantes	01	Curso	8	24	32
3.3. Programa de Profissionalização, Emprego e Renda	01	Projeto			1
3.4. Apoio ao Trabalho Artesanal	01	Projeto			1
3.5. Promoção de Feiras e Exposições Artesanais	02	Projeto			1
3.6. Implantação do Liceu de Artes e Ofício	02	Um	1		1
4. AÇÃO COMUNITÁRIA					
4.1. Fortalecimento das entidades Comunitárias	01	Projeto			1
4.2. Implementação de Ações Preventivas para a Defesa Civil	01	Projeto			1
IV. TRANSPORTES					
1. ORDENAMENTO DO TRÂNSITO					
1.1. Recuperação das Vias Urbanas	02	m	800	2.200	3.000
1.2. Estrutura e Funcionamento da Rodoviária Municipal	02	Projeto			1
1.3. Melhoria da Sinalização	02	Projeto			1
1.4. Construção de Abrigos de Ônibus	01	Um	1	3	4
2. RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE VIAS					
2.1. Construção de Calçamento	01	m ²	5.000	15.000	20.000
2.2. Construção de Ligações	01	m ²	15.000	45.000	60.000
2.3. Recuperação de estradas	01	Km	20	60	80
V. TURISMO					
1. PROMOÇÃO DO TURISMO					
1.1. Implantação do Centro de Informação ao Turista	02	Um	1		1
1.2. Instalação de Pontos de Orientação ao Turista	02	Um	4	8	12
1.3. Implantação do Parque Ecológico na Cachoeira do Boi Morto	02	Parque			1
1.4. Realização de Campanhas Promocionais	01	Uma	4	12	16
1.5. Levantamento dos Prédios e Logradouros Históricos	01	Projeto			1
1.6. Sinalização das Áreas de Interesse Turístico	01	Projeto			1

1.7. Elaboração de Calendário de Eventos e Festividades	01	Um	1	3	4
1.8. Capacitação de Jovens para Atuar como Guias de Turismo	01	Um	12	36	48
1.9. Promoção de Congressos e Encontros	01	Um	4	12	16
1.10. Realização de Passeios e Expedições para o Maciço	01	Projeto			1
1.11. Elaboração, de Projetos Turísticos de Interesse Regional	01	Projeto			1
VI. URBANISMO, MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO					
1. PRAÇAS E JARDINS					
1.1. Fiscalização do Uso de Praças e Jardins	01	Projeto			1
1.2. Construção de Praças	01	Uma	1	3	4
1.3. Recuperação das Praças:-	01	Uma	2	4	6
2. LIMPEZA PÚBLICA					
2.1. Implantação de Coleta Especial de Lixo	01	Projeto			1
2.2. Reorganização da sistemática de Coleta de Lixo	01	Projeto			1
2.3. Seleção e Reciclagem do Lixo	01	Projeto			1
2.4. Implantação de Minindústria de Beneficiamento do Lixo Coletado	01	Uma			1
3. CONTROLE AMBIENTAL					
3.1. Recuperação da APA da Serra	01	Projeto			1
3.2. Aprovação Lei de Controle e Preservação da Faixa da Serra	01	Lei			1
3.3. Implantação de Horto Florestal	01	Um	1	1	2
3.4. Implantação da Escola-Viva	01	Uma		1	1
3.5. Realização de Campanhas Educativas para a População	01	Uma	4	12	16
4. MORADIAS URBANAS					
4.1. Construção de Casas Populares, Através de Mutirões	01	Uma	80	180	260
	02	Uma	60	160	220
	03	Uma	40	80	120
	04	Uma	40	80	120
	05	Uma	40	80	120
4.2. Implementação de Programa de Urbanização do Município	02	Projeto			1
4.3. Implantação de Obras de Infra-estrutura, Melhorando as Condições de Habitabilidade	01	Projeto			1
4.4. Recuperação de Moradias	01	Uma	40	60	100
	02	Uma	40	60	100
	03	Uma	20	30	50

	04	Uma	20	30	50
	05	Uma	20	30	50
VII. CULTURA, DESPORTO E LAZER					
1. PATRIMÔNIO CULTURAL					
1.1. Inventário e Cadastro dos Prédios de Caráter Histórico, Arquitetônico e Cultural	01	Projeto			1
1.2. Instalação de Videotecas	02	Uma	1		1
1.3. Instalação de Bibliotecas	02	Uma	1		1
	03	Uma		1	1
	04	Uma		1	1
	05	Uma		1	1
2. DIFUSÃO CULTURAL					
2.1. Construção do Teatro	02	Um		1	1
2.2. Elaboração de Calendário com os eventos artísticos e culturais	01	Um	1	3	4
2.3. Promoção de Festivais de Artes	01	Um	2	6	8
2.4. Promoção de Concursos Literários e de Redação nas Escolas	01	Um	2	6	8
2.5. Promoção de Festivais	01	Um	3	9	12
2.6. Promoção de Festas Populares, em articulação com as Associações das Comunidades	01	Uma	8	24	32
2.7. Apoio à Formação de Corais	01	Um	2	6	8
2.8. Instituição de Feiras de Ciências e Criatividade nas Escolas	01	Uma	2	6	8
3. APOIO AO ESPORTE					
3.1. Construção da Vila Olímpica	02	Uma		1	1
3.2. Construção de Campos de Futebol	01	Um		1	1
	02	Um	1		1
	03	Um		1	1
	04	Um	1		1
	05	Um		1	1
3.3. Estimulo à Formação de Escolinhas de Esporte	01	Uma	2	6	8
3.4. Apoio Material aos Eventos de Entidades Esportivas	01	Projeto			1
3.5. Promoção de Competições Esportivas	01	Uma	4	12	16
3.6. Recuperação de Quadras	02	Uma	1	1	2
	04	Uma		1	1
4. APOIO AO LAZER					
4.1. Criação e Manutenção de Parques de Lazer	01	Um	1	2	3
4.2. Realização de Manhãs de Lazer nas Comunidades	01	Uma	12	36	48

VIII. SERVIÇOS PÚBLICOS					
1. EDIFÍCIOS PÚBLICOS					
1.1. Recuperação do Mercado Municipal	02	Um	1		1
1.2. Construção do Matadouro	02	Um	1		1
2. SERVIÇOS FUNERÁRIOS					
2.1. Construção de Cemitérios	02	Um	1		1
	04	Um		1	1
2.2. Apoio a Famílias Carentes	01	Projeto			1
2.3. Reforma de Cemitérios	02	Um	1		1
3. ENERGIA ELÉTRICA					
3.1. Ampliação e Melhoria da Rede Urbana Pública	01	Projeto			1
3.2. Ampliação da Rede de Eletrificação Urbana	02	m	400	1.200	1.600
3.3. Ampliação da Rede Eletrificação Rural	01	km	3	9	12
4. ABASTECIMENTO D'ÁGUA					
4.1. Construção de poços	01	Um	4	12	16
4.2. Construção de Chafarizes	01	Um	4	12	16
4.3. Ampliação da Rede de Abastecimento d'água	01	Projeto			1
4.4. Ampliação da Oferta de Água	01	m ³	150.000	300.000	450.000
IX. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
1. CONTROLE PATRIMONIAL					
1.1. Implantação de Sistemática Controle	01	Projeto			1
2. ADMINISTRAÇÃO GERAL					
2.1. Reforma do Paço Municipal	02	Projeto			1
2.2. Treinamento de Servidores	01	Curso	3	9	12
2.3. Reparcelhamento do Arquivo	01	Projeto			1
2.4. Reparcelhamento da Sede da Prefeitura	02	Projeto			1
3. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA					
3.1. Informatização do Sistema Arrecadador	01	Projeto			1
3.2. Realização e Atualização de Cadastro	01	Projeto			

01 - Município 02 - Sede 03 - Araticum 04 - Jaburuna 05 - Nova Veneza

3.1. METAS FINANCEIRAS- R\$ 1.000,00

PROGRAMA SUB PROGRAMAS METAS	LOCAL	REGIONALIZAÇÃO		
		1998	1999/2001	TOTAL
I. EDUCAÇÃO		168,80	438,90	607,70
1. MELHORIA DO ENSINO		8,50	122,00	130,50
1.1. Criação do Fundo Municipal de Educação	01			Operacional
1.2. Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	01			Operacional
1.3. Reestruturação da Secretaria	01	5,00	15,00	20,00
1.4. Aquisição de Transporte Escolar	01		100,00	100,00
1.5. Informatização da Secretaria de Educação	01	3,50	7,00	10,50
2. ENSINO FUNDAMENTAL		133,00	239,00	372,00
2.1. Construção de Escolas	02	10,00	20,00	30,00
	03	10,00		10,00
	04		10,00	10,00
	05		10,00	10,00
2.2. Reforma de Escolas	01	12,00	24,00	36,00
	02	12,00	18,00	30,00
	03	6,00	12,00	18,00
	04	6,00	12,00	18,00
	05	6,00	12,00	18,00
2.3. Reaparelhamento de Escolas	01	12,00	18,00	30,00
	02	12,00	15,00	27,00
	03	3,00	6,00	9,00
	04	3,00	6,00	9,00
	05	3,00	6,00	9,00
2.4. Oferta de Matrículas	01			Operacional
2.5. Modernização e Redefinição da Supervisão Escolar	01			Operacional
2.6. Construção de Salas de Aulas	01	6,00	18,00	24,00
	02	6,00	12,00	18,00
	03	6,00	6,00	12,00
	04	6,00		6,00
	05		6,00	6,00
2.7. Informatização das Escolas	01	14,00	28,00	42,00
3. ENSINO ESPECIAL		24,30	68,90	93,20
3.1. Ampliação e Melhoria da Educação Infantil	01	10,00	30,00	40,00
3.2. Erradicação do Analfabetismo	01	3,50	10,50	14,00

3.3.. Assistência ao Pré-Escolar	01	1,60	4,80	6,40
	02	1,60	4,80	6,40
	03	1,20	3,60	4,80
	04	1,20	3,60	4,80
	05	1,20	3,60	4,80
3.4. Construção de Creches	02	4,00	8,00	12,00
4. TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		3,00	9,00	12,00
4.1. Cursos de Reciclagem	01	2,00	6,00	8,00
4.2. Cursos para Deficientes	01	1,00	3,00	4,00
II. SAÚDE		123,00	616,00	739,00
1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		6,00	3,00	9,00
1.1. Implantação da Análise de Custos da Saúde	01			Operacional
1.2. Implantação do Sistema de Informática da Secretaria de Saúde	01	6,00	3,00	9,00
1.3. Fortalecimento do SUS	01			Operacional
2. ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		31,00	55,00	86,00
2.1. Construção de Postos de Saúde	01	10,00	10,00	20,00
	02	10,00		10,00
	04		10,00	10,00
	05		10,00	10,00
2.2. Construção de Unidades de Saúde	01	8,00	16,00	24,00
2.3. Aparelhamento de Unidades de Saúde	01	3,00	9,00	12,00
2.4. Redução da Cárie Dentária dos Alunos de 6 a 14 anos	01			Operacional
2.5. Realização de Consórcio Municipal de Especialidades	01			Operacional
2.6. Consolidação do Programa Saúde da Família	01			Operacional
2.7. Controle do Câncer de das Mulheres em Idade Fértil	01			Operacional
2.8. Redução da Mortalidade Materna	01			Operacional
2.9. Melhoria do Abastecimento de Medicamentos na Rede Municipal	01			Operacional
2.10 Implantação do Programa de Medicina Alternativa-Farmácia Viva	01			Operacional
3. TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		6,00	18,00	24,00
3.1. Capacitação e Reciclagem das Equipes de Saúde	01	1,00	3,00	4,00

3.2. Capacitação de Agentes de Saúde e Professores em Ações de Prevenção Oral nas Escolas	01	2,00	6,00	8,00
3.3. Realização de Encontros e Seminários	01	3,00	9,00	12,00
4. ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS EPIDÊMICAS				
4.1. Vacinação dos Alunos de 6 a 14 Anos	01			Operacional
4.2. Realização de Campanhas nas Populações das Comunidades de Área de Risco	01			Operacional
4.3. Controle Epidemiológico, nas Unidades de Saúde	01			Operacional
5. VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
5.1. Análise Periódica de Poços e Chafarizes	01			Operacional
5.2. Construção do Centro de Controle de Zoonozes	02			Operacional
5.3. Implementação da Vigilância e Acompanhamento Sanitário	01			Operacional
6. SANEAMENTO		80,00	540,00	620,00
6.1. Construção de Kits Sanitários	01	40,00	120,00	160,00
	02	20,00	60,00	80,00
	03	10,00	30,00	40,00
	04	10,00	30,00	40,00
6.2. Implantação de Estação de Tratamento de Esgotos	01		300,00	300,00
III. ASSISTÊNCIA SOCIAL		30,50	101,50	132,00
1. ASSISTÊNCIA AO MENOR		5,00	15,00	20,00
1.1. Ações Preventivas para a População Infanto-Juvenil	01			Operacional
1.2. Realização de Assistência Médico-Odontológica às Crianças das Creches e Unidades Sociais	01			Operacional
1.3. Implantação do Programa de Creches Lares	01	5,00	15,00	20,00
2. ASSISTÊNCIA À VELHICE		15,50	31,50	47,00
2.1. Atendimento a Idosos Carentes	01	1,00	3,00	4,00
2.2. Atendimento a Deficientes	01	0,50	1,50	2,00
2.3. Implantação de Oficinas de Educação Produtiva	01	9,00	27,00	36,00
2.4. Construção do Galpão do Idoso	02	5,00		5,00
2.5. Promoção de Atividades de Cultura e Lazer	01			Operacional
3. RENDA E EMPREGO		10,00	55,00	65,00

3.1. Seleção de Profissionais e Jovens para o Programa FAT	01	1,00	3,00	4,00
3.2. Promoção de Cursos Profissionalizantes	01	4,00	12,00	16,00
3.3. Programa de Profissionalização, Emprego e Renda	01			Operacional
3.4. Apoio ao Trabalho Artesanal	01			Operacional
3.5. Promoção de Feiras e Exposições Artesanais	02	5,00	15,00	20,00
3.6. Implantação do Liceu de Artes e Ofício	02		25,00	25,00
4. AÇÃO COMUNITÁRIA				
4.1. Fortalecimento das entidades Comunitárias	01			Operacional
4.2. Implementação de Ações Preventivas para a Defesa Civil	01			Operacional
IV. TRANSPORTES		515,00	1.545,00	2.060,00
1. ORDENAMENTO DO TRÂNSITO		65,00	195,00	260,00
1.1. Recuperação das Vias Urbanas	02	60,00	180,00	240,00
1.2. Estrutura e Funcionamento da Rodoviária Municipal	02			Operacional
1.3. Melhoria da Sinalização	02	3,00	9,00	12,00
1.4. Construção de Abrigos de Ônibus	01	2,00	6,00	8,00
2. RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE VIAS		450,00	1.350,00	1.800,00
2.1. Construção de Calçamento	01	45,00	135,00	180,00
2.2. Construção de Ligações	01	105,00	315,00	420,00
2.3. Recuperação de estradas	01	300,00	900,00	1.200,00
V. TURISMO		211,00	427,00	638,00
1. PROMOÇÃO DO TURISMO		211,00	427,00	638,00
1.1. Implantação do Centro de Informação ao Turista	02	2,00		2,00
1.2. Instalação de Pontos de Orientação ao Turista	02			Operacional
1.3. Implantação do Parque Ecológico na Cachoeira do Boi Morto	02	200,00	400,00	600,00
1.4. Realização de Campanhas Promocionais	01	4,00	12,00	16,00
1.5. Levantamento dos Prédios e Logradouros Históricos	01			Operacional
1.6. Sinalização das Áreas de Interesse Turístico	01	1,00	3,00	4,00

1.7. Elaboração de Calendário de Eventos e Festividades	01			Operacional
1.8. Capacitação de Jovens para Atuar como Guias de Turismo	01	2,00	6,00	8,00
1.9. Promoção de Congressos e Encontros	01	2,00	6,00	8,00
1.10. Realização de Passeios e Expedições para o Maciço	01			Operacional
1.11. Elaboração, de Projetos Turísticos de Interesse Regional	01			Operacional
VI. URBANISMO, MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO		867,00	1.822,00	2.689,00
1. PRAÇAS E JARDINS		15,00	25,00	40,00
1.1. Fiscalização do Uso de Praças e Jardins	01			Operacional
1.2. Construção de Praças	01	5,00	5,00	10,00
1.3. Recuperação das Praças:-	01	10,00	20,00	30,00
2. LIMPEZA PÚBLICA		60,00		60,00
2.1. Implantação de Coleta Especial de Lixo	01			Operacional
2.2. Reorganização da sistemática de Coleta de Lixo	01			Operacional
2.3. Seleção e Reciclagem do Lixo	01			Operacional
2.4. Implantação de Minindústria de Beneficiamento do Lixo Coletado	01	60,00		60,00
3. CONTROLE AMBIENTAL		2,00	12,00	14,00
3.1. Recuperação da APA da Serra	01			Operacional
3.2. Aprovação de Lei de Controle e Preservação da Faixa da Serra	01			Operacional
3.3. Implantação de Horto Florestal	01	2,00	2,00	4,00
3.4. Implantação da Escola-Viva	01		10,00	10,00
3.5. Realização de Campanhas Educativas para a População	01			Operacional
4. MORADIAS URBANAS		790,00	1.785,00	2.575,00
4.1. Construção de Casas Populares, Através de Mutirões	01	160,00	360,00	520,00
	02	120,00	240,00	360,00
	03	80,00	160,00	240,00
	04	80,00	160,00	240,00
	05	80,00	160,00	240,00
4.2. Implementação do Programa de Urbanização do Município	02	140,00	420,00	560,00
4.3. Implantação de Obras de Infra-estrutura, Melhorando as Condições de Habitabilidade	01	60,00	180,00	240,00
4.4. Recuperação de moradias	01	20,00	30,00	50,00
	02	20,00	30,00	50,00
	03	10,00	15,00	25,00

	04	10,00	15,00	25,00
	05	10,00	15,00	25,00
VII. CULTURA, DESPORTO E LAZER		103,00	208,00	311,00
1. PATRIMÔNIO CULTURAL		15,00	20,00	35,00
1.1. Inventário e Cadastro dos Prédios de Caráter Histórico, Arquitetônico e Cultural	01			Operacional
1.2. Instalação de Videotecas	02	5,00		5,00
1.3. Instalação de Bibliotecas	02	10,00		10,00
	03		10,00	10,00
	04		10,00	10,00
2. DIFUSÃO CULTURAL		10,00	130,00	140,00
2.1. Construção do Teatro	02		100,00	100,00
2.2. Elaboração de Calendário com os eventos artísticos e culturais	01			Operacional
2.3. Promoção de Festivais de Artes	01	1,00	3,00	4,00
2.4. Promoção de Concursos Literários e de Redação nas Escolas	01	1,00	3,00	4,00
2.5. Promoção de Festivais	01	3,00	9,00	12,00
2.6. Promoção de Festas Populares, em articulação com as Associações das Comunidades	01	4,00	12,00	16,00
2.7. Apoio à Formação de Corais	01	1,00	3,00	4,00
2.8. Instituição de Feiras de Ciências e Criatividade nas Escolas	01			Operacional
3. APOIO AO ESPORTE		73,00	48,00	121,00
3.1. Construção da Vila Olímpica	02	50,00		50,00
3.2. Construção de Campos de futebol	01		6,00	6,00
	02	6,00		6,00
	03		6,00	6,00
	04	6,00		6,00
	05		6,00	6,00
3.3. Estimulo à Formação de Escolinhas de Esporte	01	1,00	3,00	4,00
3.4. Apoio Material aos Eventos de Entidades Esportivas	01	5,00	15,00	20,00
3.5. Promoção de Competições Esportivas	01	2,00	6,00	8,00
3.6. Recuperação de Quadras	02	3,00	3,00	6,00
	04		3,00	3,00
4. APOIO AO LAZER		5,00	10,00	15,00
4.1. Criação e Manutenção de Parques de Lazer	01	5,00	10,00	15,00
4.2. Realização de Manhãs de Lazer nas Comunidades	01			Operacional

VIII. SERVIÇOS PÚBLICOS		226,50	588,00	814,50
1. EDIFÍCIOS PÚBLICOS		25,00		25,00
1.1. Recuperação do Mercado Municipal	02	10,00		10,00
1.2. Construção do Matadouro	02	15,00		15,00
2. SERVIÇOS FUNERÁRIOS		6,50	3,00	9,50
2.1. Construção de Cemitérios	02	5,00		5,00
	04		3,00	3,00
2.2. Apoio a Famílias Carentes	01			Operacional
2.3. Reforma de Cemitérios	02	1,50		1,50
3. ENERGIA ELÉTRICA		112,00	336,00	448,00
3.1. Ampliação e Melhoria da Rede Urbana Pública	01	12,00	36,00	48,00
3.2. Ampliação da Rede de Eletrificação Urbana	02	40,00	120,00	160,00
3.3. Ampliação da Rede de Eletrificação Rural	01	60,00	180,00	240,00
4. ABASTECIMENTO D'ÁGUA		83,00	249,00	332,00
4.1. Construção de poços	01	8,00	24,00	32,00
4.2. Construção de Chafarizes	01	10,00	30,00	40,00
4.3. Ampliação da Rede de Abastecimento d'água	01	15,00	45,00	60,00
4.4. Ampliação da Oferta de Água	01	50,00	150,00	200,00
IX. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		34,50	40,50	75,00
1. CONTROLE PATRIMONIAL				
1.1. Implantação de Sistemática Controle	01			Operacional
2. ADMINISTRAÇÃO GERAL		27,50	33,50	61,00
2.1. Reforma do Paço Municipal	02	15,00	15,00	30,00
2.2. Treinamento de Servidores	01	1,50	4,50	6,00
2.3. Reaparelhamento do Arquivo	01	5,00	8,00	13,00
2.4. Reaparelhamento da Sede da Prefeitura	02	6,00	6,00	12,00
3. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA		7,00	7,00	14,00
3.1. Informatização do Sistema Arrecadador	01	7,00	7,00	14,00
3.2. Realização e Atualização de Cadastro	01			Operacional

01 - Município 02 - Sede 03 - Araticum 04 - Jaburuna 05 - Nova Veneza

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS

**DESPESAS CONSOLIDADAS
POR PROGRAMAS
1998-2001**

R\$ 1.000,00

PROGRAMAS	DE CAPITAL	DECORRENTES DAS DE CAPITAL	CORRENTES DE FUNÇÕES FIM	TOTAL
I. EDUCAÇÃO	607,70	504,30	6.400,00	7.512,00
II. SAÚDE	739,00	642,00	2.800,00	4.181,00
III. ASSISTÊNCIA SOCIAL	132,00	78,00	646,00	856,00
IV. TRANSPORTES	2.060,00	856,00	1.450,00	4.366,00
V. TURISMO	638,00	172,00	-	810,00
VI. HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E URBANISMO	2.689,00	943,00	1.680,00	5.312,00
VII. CULTURA, DESPORTO E LAZER	311,00	83,00	106,00	500
VIII. SERVIÇOS PÚBLICOS	814,50	214,50	170,00	1.199,00
IX. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	75,00	45,00	-	120,00
T O T A L	8.066,20	3.537,80	13.252,00	24.856,00

**DESPESAS CONSOLIDADAS
REGIONALIZAÇÃO
1998-2001**

R\$ 1.000,00

PROGRAMAS	MUNICÍPIO	SEDE	ARATICUM	JABURUNA	NOVA VENEZA
I. EDUCAÇÃO	334,90	123,40	53,80	47,80	47,80
II. SAÚDE	549,00	90,00	40,00	50,00	10,00
III. ASSISTÊNCIA SOCIAL	82,00	50,00	-	-	-
IV. TRANSPORTES	1.808,00	252,00	-	-	-
V. TURISMO	602,00	36,00	-	-	-
VI. HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E URBANISMO	924,00	970,00	265,00	265,00	265,00
VII. CULTURA, DESPORTO E LAZER	93,00	177,00	16,00	19,00	6,00
VIII. SERVIÇOS PÚBLICOS	620,00	191,50	-	3,00	-
IX. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	33,00	42,00	-	-	-
T O T A L	5.045,90	1.931,90	374,80	384,80	328,80